

PORTARIA Nº 011/2022 – PR/CEHAB

Dispõe sobre a instauração do procedimento de regularização fundiária urbana nos conjuntos habitacionais que especifica, classificando-os na modalidade de interesse social (Reurb-S)

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - CEHAB, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 12, incisos XII e XXI, do Regimento Interno, previsto no Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 20.420, de 1º de abril de 2008, bem como o Decreto nº 29.267, de 30 de Outubro de 2019, da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERANDO a competência do ente estadual para classificar a regularização fundiária urbana (Reurb), nos termos do Art. 30, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17.

CONSIDERANDO que, conforme Art. 13, inciso I, da referida lei, considera-se Reurb de interesse social aquela aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal.

CONSIDERANDO que a Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB, através de convênio celebrado com a Fundação de Apoio do Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN, promoverá a Reurb de conjuntos habitacionais dispersos por todo o território estadual, construídos através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e do programa Minha Casa Minha Vida – MCMV.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 29.267/19 delegou à CEHAB a competência para celebrar convênios, termos de parceria ou instrumentos congêneres para a consecução dos objetivos da regularização urbana.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada a Regularização Fundiária Urbana de interesse social (Reurb-S) a ser promovida através pela CEHAB, mediante convênio celebrado com a FUNCERN, dos conjuntos habitacionais construídos através dos programas PSH e MCMV, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Para fins de enquadramento na Reurb-S instituída pelo artigo anterior, considera-se de baixa renda os núcleos familiares com rendimentos mensais de até 03 (três) salários-mínimos.

Art. 3º Fica estabelecido que poderão ser utilizados como instrumentos de regularização os institutos da legitimação fundiária, legitimação de posse e da concessão de direito real de uso, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 13.465/17.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I – Conjuntos habitacionais com Reurb-S instaurada

1. Conjunto Doutor José Eriberto da Rocha, localizado as proximidades da Rua Padre Ramiro Varela, na cidade de São Tomé/RN, medindo aproximadamente 24.356,24 m².
2. Conjunto Juvenal Amador, localizado as proximidades da José Lopes Pereira, na cidade de São Tomé/RN, medindo aproximadamente 10.092,53 m².
3. Conjunto Sítio Boa Vista, localizado as proximidades da Faixa de Domínio da RN-269, na cidade de Serra de São Bento/RN, medindo aproximadamente 7.389,21 m².
4. Conjunto Luiz Hipólito Dantas, localizado as proximidades da Rua Macario Pinheiro da Silva, na cidade de São Tomé/RN, medindo aproximadamente 5.808,26 m².
5. Conjunto Sebastião Eloi Ribeiro, localizado as proximidades da Rua José Lopes Pereira, na cidade de São Tomé/RN, medindo aproximadamente 15.531,09 m².
6. Conjunto São Geraldo II, localizado as proximidades da Rua Francisca Alves de Oliveira, na cidade de João Dias/RN, medindo aproximadamente 15.442,91m².
7. Conjunto Bela Vista, localizado as proximidades da Rua Sebastião Lourenço de Carvalho, na cidade de Sítio Novo/RN, medindo aproximadamente 6.338,71m².
8. Conjunto Sambra - 2ª Etapa, localizado as proximidades da Rua Benedito Landislau da Silva, na cidade de Tangará/RN, medindo aproximadamente 5.754,55 m².

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Natal/RN, 03 de março de 2022.

Pablo Thiago Lins de Oliveira Cruz

Diretor Presidente

CEHAB/RN